sobre, ausência de indícios suficientes de autoria e materialidade, existência de causa de exclusão da culpabilidade ante a inexigibilidade de conduta diversa, pois o paciente estaria sofrendo coação moral irresistível e ameaça do tráfico de drogas na região onde mora, e, ofensa ao princípio da homogeneidade entre a cautela prisional e a possível pena privativa de liberdade, a ser aplicada ao paciente, em caso de condenação, colocam a estes autos argumentos referentes, exclusivamente, ao mérito da ação penal, que exigem o envolvimento de exame de provas, os quais não podem ser apreciados no bojo do presente remédio heróico, de sumaria cognição e restrita dilação probatória, sob pena de supressão de instância com a consequente inversão da ordem processual legal. Precedentes do STF e STJ.No que tange ao alegado excesso de prazo para o oferecimento da denúncia, é entendimento de nossos Tribunais Superiores e deste Tribunal de Justiça de que, além da referida alegação não ter o condão de desconstituir a decretação da cautela prisional, é cediço que os prazos processuais não são meras parcelas aritméticas, sendo cabível sua dilação, dentro de um critério de razoabilidade, de acordo com o caso concreto, sendo que tal alegação encontra-se superada, pois a denúncia já foi oferecida e regularmente recebida. Precedentes do STF e STJ.No que tange ao pleito de concessão da ordem de soltura, verifica-se que, o Juiz monocrático, em conformidade com a previsão contida no artigo 93, inciso IX da CRFB/1988, fundamentou os motivos concretos e singulares pelos quais entendeu necessária a decretação da custódia prisional do paciente, em total consonância com a doutrina e jurisprudência pátrias, ressaltando a presença, in casu, do *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*, cabendo destacar a imprescindibilidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.Frise-se, outrossim, que os crimes pelos quais o paciente foi denunciado, apresentam penas de reclusão cominadas, superiores a 04 anos (sendo, ademais, equiparado a hediondo), destacando estarem presentes, ainda, os requisitos genéricos das medidas cautelares, previstos nos incisos. I e II do artigo 282 do CPP (sendo um deles evitar a prática de infrações penais), aliados, como visto, à gravidade, em concreto, dos crimes e as circunstâncias dos fatos, somados a alguns dos pressupostos específicos insertos no artigo 312 do mesmo diploma legal, o que autoriza a decretação e manutenção da custódia cautelar, conforme preceituam os já citados dispositivos legais, além do art. 313, I também do CPP.Alegam os impetrantes, outrossim, que o paciente é genitor de duas crianças, as quais contam com 03 e 02 anos de idade. Porém, não obstante a previsão contida no artigo 318, incisos II e VI do CPP, a qual possibilita a substituição da forma de cumprimento da prisão preventiva, de ergastular para domiciliar, a simples assertiva de que o preso é pai com filhos menores, por si só, não significa que a prisão ergastular deva ser automaticamente substituída pela domiciliar. In casu, os impetrantes limitaram-se em comprovar, por meio de cópias das certidões de nascimento, juntadas às fls. 13/14 do anexo, que o paciente é genitor de duas crianças de 03 e 02 anos de idade. Entretanto, não há qualquer indicação de que estas dependeriam, exclusivamente, dos cuidados do mesmo para sua sobrevivência, situação que revelaria, em tese, a indispensabilidade da sua presença junto aos infantes.Esclareça-se, por importante, que conforme a orientação dos Tribunais Superiores, a comprovação isolada da presença das condições pessoais favoráveis ao paciente (as quais, in casu, não restaram totalmente demonstradas) não representa a garantia necessária e suficiente para a supressão da cautela restritiva, devendo a mesma ser analisada junto ao contexto fático carreado à ação constitucional, o qual, in casu, não se mostra recomendado, configurando-se insuficientes e ineficazes à espécie a imposição das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do CPP.Destarte, reputam-se presentes, na hipótese dos autos, o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*, sendo certo que, a manutenção da custódia preventiva faz-se necessária no caso concreto, eis que observados os termos da legislação vigente, evidenciando-se a imprescindibilidade da medida restritiva, inexistindo, assim, qualquer ilegalidade no *decisum* vergastado, a ensejar ofensa ao princípio constitucional da presunção da não culpabilidade, não se confundido a referida cautela prisional com antecipação de pena, consoante pacífico entendimento de nossos Tribunais Superiores.Face ao exposto, não se constatando o alegado constrangimento ilegal ao qual estaria submetido o paciente, CONHECE-SE DO PRESENTE WRIT, DENEGANDO-SE A ORDEM. Conclusões: ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

023. HABEAS CORPUS 0060860-35.2018.8.19.0000 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: TRES RIOS 2 VARA Ação: 0244656-26.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00624141 - IMPTE: EDUARDO JANUARIO NEWTON (DPGE/MAT.969.600-6) PACIENTE: LUCAS GONÇALVES LOPES GUIMARÃES AUT.COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE TRÊS RIOS **Relator: DES. ADRIANA LOPES MOUTINHO DAUDT D'OLIVEIRA** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: HABEAS CORPUS. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. 1. Trata-se de Ação Mandamental pela qual o Impetrante busca a liberdade do Paciente, que se encontra preso preventivamente, alegando a existência de constrangimento ilegal em decorrência do excesso de prazo para realização da Audiência de Custódia, uso indevido de algemas e ausência dos requisitos que autorizam a decretação da segregação cautelar.2. Inicialmente, vê-se pelo APF acostado aos autos (indexador 0003 do Anexo) que o Paciente foi preso em flagrante no dia 13/10/2018, e não no dia 13/09/2018 como alega a defesa, e, no dia 14.10.2018 teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, tendo a Audiência de Custódia se realizado em 18/10/2018 (indexador 0001 do Anexo).3. Quanto à alegação de excesso de prazo para a realização da Audiência de Custódia, impõe-se destacar que a questão se encontra superada, eis que, conforme informações prestadas pelo Juízo de Origem, ao ser distribuído o processo à Central de Custódia, na data de 13.10.2018, o juiz responsável converteu a prisão em flagrante em preventiva, no dia 14.10.2018, por entender presentes os seus requisitos, e, devidamente mantida na audiência de custódia realizada em 18/10/2018.4. No tocante à suposta irregularidade devido ao uso de algemas na sala de audiência, registre-se que o seu emprego, nos termos da Súmula Vinculante 11 do STF, é medida excepcional, que exige fundamentação, mesmo que de maneira sucinta. E a necessidade do uso das algemas no caso em questão, foi devida e detalhadamente esclarecida, estando a determinação de sua manutenção alicerçada no comprometimento a incolumidade de todas as pessoas presentes no ato, dadas as peculiaridades do local em que o Ato se deu. Sobre o tema, colaciono trecho do *Decisum* atacado a respeito da matéria. Em prestígio à súmula vinculante nº 11 do STF, justifica-se a manutenção das algemas no (s) custodiado (s) em virtude da situação recente de flagrância, dimensões da sala de audiências, bem como pela necessidade de preservação da integridade física dos presentes.5. No mais, cumpre destacar que a prisão cautelar não ofende a presunção de inocência, sendo neste sentido o entendimento que emana de nossos Tribunais Superiores. A Constituição Federal, ao estabelecer em seu artigo 5º, inciso LVII, que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, impede o reconhecimento da culpabilidade e as suas consequências para o réu. Tal dispositivo constitucional não dispõe sobre a proibição da prisão em flagrante, preventiva, nem sobre a execução provisória do julgado penal condenatório recorrível. Deste modo, a prisão preventiva do réu, de natureza processual não diz respeito ao reconhecimento da culpabilidade. O inciso LXI do art. 5º, da Constituição prevê hipóteses de prisão cautelar, tornando constitucionais as normas da legislação ordinária que dispõem sobre a prisão processual, inclusive para execução provisória do julgado, quando pendente recurso de índole extraordinário, como o especial e o extraordinário (art. 27, 2º, da Lei nº 8.038/90. Precedentes. (STF: HC 74.792-1-SP-DJU de 20-6-97, p. 28.472).A presunção da inocência (CF, art. 5º, LVII) é relativa ao Direito Penal, ou seja, a respectiva sanção somente pode ser aplicada após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Não alcança os institutos de Direito Processual, como a prisão preventiva. Esta é explicitamente autorizada pela Constituição da República (art. 5º, LXI). (STJ: RT 686/388).6. Não se verifica, também, inidoneidade da motivação usada pelo decreto da prisão preventiva do Paciente. Este, além de indicar os dispositivos legais que fundamentaram a decisão, ainda mencionou a existência de motivos concretos a ensejar a medida,